


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1013571-79.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Práticas Abusivas**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

Patrícia B.C.C. Favaretto propõe ação declaratória com pedido de tutela de urgência (antecipada) em face de Banco do Brasil S/A, objetivando a limitação de desconto em folha de pagamento. Narra que é funcionária pública estadual e, em razão de necessidades financeiras imperiosas, firmou contratos de empréstimos consignados com o réu, os quais, ao longo de 29 anos de serviço público, foram se renovando e consumindo o seu salário. Afirma que as parcelas vigentes, correspondentes aos seguintes montantes: R\$575,14; R\$315,63; R\$397,58; R\$89,45; R\$15,38 e R\$20,99, acabam por totalizar o valor de R\$1.414,17, perfazendo um desconto de 62,20% do seu salário líquido que é de R\$2.043,56. Aduz que a situação tornou-se insustentável, que a irrisória quantia que sobra do seu salário não lhe permite custear todas as despesas mensais em prejuízo de sua própria subsistência. Que tudo acaba sendo tomado pelo banco ré e o que não é retirado é convertido em dívidas, gerando mais cobranças e as notificações juntadas aos autos. Sob tais fundamentos, requer: em caráter liminar. Juntou documentos às fls. 18/42.

Deferidas a justiça gratuita e a antecipação dos efeitos da tutela (fls. 43/44).

Citado (fls. 50), o réu apresentou embargos de declaração (fls. 51/63), aos quais foi negado provimento (fls.65).


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

Na contestação (págs. 71/96), alegou-se, preliminarmente, inépcia e indeferimento da petição inicial e também impugnou a concessão de justiça gratuita. No mérito, o réu sustentou, em suma, que: a) o autor, ao contratar os empréstimos em questão, o fez livre e espontaneamente, ciente dos valores e encargos incidentes sobre os contratos, devendo ser respeitados os princípios da autonomia da vontade e “*pacta sunt servanda*”; b) nem todos os contratos firmados pela parte autora com a instituição financeira são na modalidade de consignados e apenas há respaldo jurídico para a limitação de descontos no que concerne aos contratos consignados; c) não foram preenchidos os requisitos do art. 300, caput e §3º do CDC para a tutela concedida; d) os contratos são válidos, os termos contratados fazem lei entre as partes; e) as cláusulas e condições, encargos e obrigações foram assumidos com prévia ciência e concordância do autor; f) para as linhas de crédito consignado é o empregador do mutuário que, com base nas informações da folha de pagamento, informa o limite da margem consignável por ele calculada; g) a margem consignável é calculada sobre o total da remuneração e não sobre a remuneração líquida, e, portanto, os descontos efetuados não ultrapassam o limite permitido; h) a limitação dos descontos decorrentes do empréstimo depende da comprovação de que os valores creditados em conta corrente, como vencimentos, são exclusivamente para suprir as necessidades básicas do autor; i) aos servidores do estado de São Paulo é aplicável o limite de 50%; j) não há que se falar em limitação dos descontos em empréstimos em contrato de conta corrente; l) o CDC é inaplicável à hipótese. No mais, o réu requer a revogação da tutela concedida, impugna os documentos acostados pela parte autora e postula decreto de improcedência ao pedido do autor. Juntou documentos (págs. 97/142).

O réu interpôs agravo de instrumento contra a decisão que acolheu o pedido de tutela de urgência (fls. 189), tendo o recurso sido recebido no efeito devolutivo (fls. 202/209).

Réplica às fls. 214/219.

É o breve relato. Decido.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do NCPC, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso.

Afasto as preliminares arguidas em contestação.

A petição inicial não é inepta, pois tem pedido e causa de pedir, da narração dos fatos decorreu, logicamente, a conclusão, bem como o pedido é juridicamente possível.

Ademais, foi instruída com os documentos indispensáveis, quais sejam, extratos mensais comprovando os descontos, comprovante de empréstimo e planilha do débito (fls. 18/42).

No que tange à impugnação à AJG, diante dos documentos juntados aos autos e ainda da delicada situação financeira da autora, considerando que o réu nada trouxe aos autos que pudesse reverter tal situação, a manutenção dos benefícios é medida que se impõe.

No mérito, o pedido é procedente.

A autora é devedora do banco-réu e vem sofrendo descontos em sua conta corrente/folha de pagamento; pede que esses descontos não excedam 35% de seus vencimentos.

A inviolabilidade dos vencimentos salariais é inviolável garantia constitucional.

Permite, todavia, a legislação infraconstitucional que sejam celebrados contratos vinculados à folha de pagamento.

Tais contratos curvam-se ao regime do CDC que em seu art. 6º, inc. V, estabelece que constitui direito básico do consumidor o de modificar cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou de revisar aquelas que, em razão de fatos supervenientes, as tornem excessivamente onerosas.

Já o artigo 4º menciona que a política nacional de relações de consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores e o respeito a sua dignidade.

O princípio da *pacta sunt servanda* foi muito fragilizado nas relações de consumo,


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

pois as normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social (art. 1º), permitem ao juiz, para restabelecer o equilíbrio, a intervenção no próprio conteúdo dos contratos.

Sobressai, nas relações de consumo, a normatividade da boa-fé objetiva (art. 4º, III, 51, IV), que exige dos parceiros contratuais, na fase pré-contratual, durante a celebração e execução, e mesmo após a extinção do vínculo, o cumprimento dos deveres de informação, cooperação e cuidado com o consumidor.

Não bastasse, também ganha força o princípio da dignidade da pessoa humana, absolutamente nuclear no sistema constitucional, matriz de toda interpretação (art. 1º, III, CF).

Nesse contexto, a prova documental produzida leva à conclusão de que, realmente, a parte autora está sofrendo descontos em folha de pagamento e em conta bancária, a título de pagamento ou amortização do saldo devedor, que, pelo intenso comprometimento de sua renda, afetam a sua própria subsistência, seu mínimo existencial, impondo-se a tutela judicial para que sejam concretizados os nortes normativos acima indicados.

Segundo o banco réu (fls. 103), estão vigentes cinco contratos do autor com os respectivos valores: Contrato Modalidade 814625608 BB Crédito Consignação Vl. 944,00; Contrato Modalidade 828925753 BB Crédito Consignação 654,00; Contrato Modalidade 829573827 BB Renovação Consignação 25.027,51; Contrato Modalidade 830373827 BB Crédito Consignação 3.863,00; Contrato Modalidade 856825090 BB Crédito Consignação 6.857,50.

Verifica-se que, embora tenha havido renovação e reescalonamento, não há óbice à revisão dos contratos firmados, desde sua origem, desde que para afastar ilegalidades, por força da Súmula nº 286 do STJ.

Nesse passo, a almejada limitação de descontos referentes a empréstimo bancário encontra respaldo na legislação atinente aos empréstimos consignados em folha de pagamento.

A questão sobre se o limite dos descontos deve corresponder a 30% ou a 35% dos


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

vencimentos da autora perde a relevância na presente demanda, ante o princípio da adstrição o julgamento ao pedido, vez que a pretensão deduzida pela demandante é de limitação a 35%, e não a 30%. Se o juiz estabelecesse o teto de 30%, estaria incorrendo em sentença *ultra petita*.

Ainda que assim não fosse, convém dizer que a margem consignável a ser aplicada analogicamente para este caso concreto deve ser a do Decreto Estadual nº 60.435/2014, modificado pelo Decreto Estadual de nº 61.750/2015, que dispõe:

Artigo 1º - A margem consignável a que se refere o item 5 do § 1º do artigo 2º do Decreto nº 60.435, de 13 de maio de 2014, fica alterada de 30% (trinta por cento) para 35% (trinta e cinco por cento).

§ 1º - A margem consignável a que alude o “caput” deste artigo poderá ser majorada, adicionalmente, em até 5% (cinco por cento), com exclusiva destinação ao pagamento de dívidas contraídas por meio de cartão de crédito, junto à instituição bancária.

Nota-se que há uma margem de 35% (empréstimos em geral) + 5% (somente cartão de crédito), de modo que o pleito da autora está adequado.

Não seria aqui aplicável o limite de 30% (empréstimos em geral) + 5% (somente cartão de crédito) previsto na Medida Provisória 681/2015 - convertida na Lei 13.172/2015 -, vez que trata-se de norma voltada aos empregados regidos pela CLT, não sendo o caso da autora.

Julgo procedente a ação para, confirmada a tutela antecipada concedida às fls. 43/44, condenar o réu na obrigação de abster-se de descontar da folha de pagamento da autora e/ou de debitar em sua conta bancária valores que, durante o mês, somados, excedam a 35% dos seus rendimentos líquidos (ou seja, rendimentos brutos menos descontos obrigatórios), sob pena de multa equivalente ao dobro do montante indevidamente descontado, sem prejuízo do direito às perdas e danos (inclusive da natureza ressarcitória). Condeno, ainda, o réu ao pagamento das

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

custas, despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor atualizado da causa.

P.I.

São Carlos, 12 de março de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**